



LOCAL

## Representante da ADUFOP participa de aula aberta sobre as propostas dos candidatos à presidência para a educação

Os Sindicatos do ensino público de Ouro Preto, ADUFOP, ASSUFOP, SINASEFE IFMG, SindUTE Ouro Preto e SINDSFOP, fizeram ontem (24), às 17h30, na Praça Tiradentes, uma aula aberta sobre as propostas dos candidatos à presidência para a educação.

O coordenador do SindUTE MG/OP, Fábio Garrido, iniciou a atividade comentando sobre as propostas dos candidatos para a educação no ensino básico. Além disso, ele falou da Emenda Constitucional 95, uma das medidas de austeridade mais graves do governo de Michel Temer.

A coordenadora do SINASEFE IFMG, Laura Rocha, destacou a realidade das redes federais de ensino e abordou também, que um dos candidatos pretende não investir na educação.

O vice-presidente da ADUFOP, Rodrigo Martoni, apontou as características do fascismo. Acrescentou ainda a importância do sistema democrático e como uma das propostas ameaça essa ordem.

O presidente do ASSUFOP, Sérgio Neves,

ressaltou que nessas eleições a democracia, a liberdade de expressão e a educação pública estão ameaçadas.

Depois das falas dos representantes das entidades, o microfone foi aberto aos participantes do aulão. A atividade teve como intuito esclarecer a população sobre as propostas dos presidentenciáveis antes das votações do segundo turno no próximo domingo (28).



Representante da ADUFOP comentou sobre a importância do sistema democrático - foto: Larissa Lana/ADUFOP

FORMAÇÃO

## Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN debate ataques aos direitos sociais e os mecanismos jurídicos de defesa do trabalhador

Nos dias 19 e 20 de outubro foi realizado o Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN, na sede da entidade, em Brasília (DF). O Encontro teve como objetivo a troca de experiências entre as assessorias jurídicas das seções sindicais e das secretarias regionais do ANDES. O assessor jurídico da ADUFOP, Guido Coutinho, participou das atividades.

Durante a abertura, foi feita uma análise da conjuntura política/jurídica com debate sobre os ataques aos direitos sociais e os mecanismos jurídicos de defesa do trabalhador. Também foram discutidos no primeiro dia do evento, as repercussões da reforma Trabalhista e o decreto da terceirização no setor público. Além disso, estavam na pauta Previdência Social, Funpresp, aposentadoria especial, carreira docente e questões legais dos docentes voluntários.

No segundo dia, foram discutidas questões legais e jurisprudenciais sobre o ponto eletrônico e houve um momento para abordar a questão específica do assédio no ambiente de trabalho.

Foi apresentada também uma análise jurídica sobre as duas medidas provisórias anunciadas pelo governo federal após o incêndio do

Museu Nacional do Rio de Janeiro: a MP 851/18, que institui os fundos patrimoniais, criados para gerar rendimentos destinados às organizações da sociedade civil; e a MP 850, que extingue o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e cria a Agência Brasileira de Museus (Abram) que será administrada por uma entidade privada, via Organização Social.

Nos encaminhamentos do encontro, foi sugerido a criação do GT Combate à escola sem partido e ao assédio moral. Além disso, foi levantada a proposta de uma nova reunião do jurídico após o resultado das eleições.



Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN - foto: Guido Coutinho/ADUFOP

PLANO DE SAÚDE

## ADUFOP, ASSUFOP e SINASEFE IFMG encaminham para Unimed ofício com proposta de acordo para o Contrato Coletivo por Adesão



Reunião entre representantes das entidades e a coordenadora comercial da UNIMED Inconfidentes - foto: Larissa Lana/ADUFOP

A diretoria da ADUFOP informa que já iniciou a discussão sobre o índice de reajuste anual do valor das mensalidades do plano de saúde coletivo UNIMED Inconfidentes.

Representantes da ADUFOP, ASSUFOP e SINASEFE IFMG reuniram-se no dia 3 de outubro com a Coordenadora Comercial da UNIMED Inconfidentes, para negociar o valor. Foi apresentada pelo convênio uma proposta de 21,15%.

No presente momento vivemos um impasse com a seguradora quanto ao índice de reajuste anual para o período de 2018/2019. Encaminhamos um ofício com a proposta de 10% e aguardamos manifestação da seguradora.

Nesse sentido, os valores das mensalidades não terão reajuste no mês de novembro e, logo que as entidades entrarem em acordo com a UNIMED sobre valor do índice, a diferença será cobrada retroativa no mês de dezembro de 2018.

NACIONAL

## Nota política do Andes-SN sobre o segundo turno das eleições presidenciais de 2018

A escalada da violência e a intolerância política tem sido uma tônica na atual conjuntura, com proliferação de fake news e ataques violentos organizados por grupos ligados à extrema-direita. Como denunciado em nota da diretoria nacional, *Não toleraremos o ódio e a violência*, “o ódio e as práticas fascistas invadem as universidades e colocam em risco a vida de docentes, discentes, de técnico(a)s administrativo(a)s/universitários e do(a)s trabalhadora(a)s terceirizado(a)s”.

Inúmeros fatos têm sido denunciados, de ameaças que vão de agressões verbais, físicas e até mesmo casos de morte, inclusive com repercussão internacional como o caso do artista baiano Moa do Katendê, morto por motivações políticas, no dia 6 de outubro. De acordo com levantamento do jornal El País Brasil, já são mais de 50 casos de ações violentas contra quem manifesta posição contrária ao candidato da extrema-direita. Esses casos são tão graves que a OAB e a Defensoria Pública de alguns estados criaram uma plataforma de combate à intolerância política. As violências, física e simbólica, têm se espalhado pelo país, nas fábricas e nas universidades, no campo e nas cidades.

Compreendemos que a mão que picha muros de igrejas e paredes de instituições de ensino com símbolos da suástica, imagem ligada diretamente ao nazismo, é a mesma que tem manifestado toda intolerância e preconceito nos muros do país, com mensagens de ódio a gays, lésbicas, transexuais, travestis, negro(a)s, indígenas, nordestino(a)s. As Universidades têm sido um grande alvo, colocando em risco o ambiente de debates democráticos que, em regra, sempre permeou o ambiente universitário.

Tais ações visam intimidar o(a)s trabalhadora(a)s, estudantes e movimentos sociais; de um lado, amedrontar quem defende um projeto diferente do fascismo, as liberdades democráticas; por outro lado, fragilizar a resistência aos possíveis ataques ultraliberais, como: (a) aplicação da Emenda Constitucional 95/2016 (congelamento de recursos à saúde, à educação e às políticas sociais por 20 anos); (b) demissão de servidora(a)s público(a)s (que agrava ainda mais os problemas no serviço público); (c) entrega do patrimônio nacional; (d) reforma trabalhista; (e) reforma da previdência; dentro outros ataques.

Dessa forma, a materialização de um projeto que visa mais ataques à(o)s trabalhadora(a)s, um controle maior dos corpos e da moral e ataques às liberdades democráticas têm colocado em risco a vida de diverso(a)s militantes e sujeitos sociais. No dia 15 de outubro, um professor do IFAL (Instituto Federal de Alagoas) sofreu uma tentativa de atro-

peloamento por eleitores do candidato da extrema-direita. No dia 16 de outubro, em São Paulo, uma travesti foi morta a facadas por um grupo de cinco homens que gritavam palavras em apologia a esse mesmo candidato. Várias seções sindicais têm sofrido violentos ataques de simpatizantes da extrema-direita por debater os perigos que a democracia corre no atual cenário político. Na UFPR, o poder judiciário tentou impedir a realização de um debate sobre fascismo organizado pelo DCE da respectiva Universidade.

A barbárie só pode ser combatida com a máxima unidade, constituindo frentes antifascistas e pautando uma agenda de defesa ampla das liberdades e dos direitos. Por isso tudo, neste segundo turno das eleições gerais do Brasil, não podemos titubear sobre nossa posição histórica contra o fascismo e as opressões. É necessário que possamos nos posicionar contra o projeto de governo que ataca a educação pública, a saúde pública, os direitos do(a)s trabalhadora(a)s e as liberdades democráticas.

Nossa negação ao projeto fascista não significa adesão a nenhum outro projeto que ora se apresenta como alternativa nas urnas, mas sim a compreensão de que os projetos eleitorais em disputa representam patamares diferentes da luta de classes e o que nesse momento está em jogo é nossa possibilidade ou não de continuar, nas ruas, lutando pelos direitos do(a)s trabalhadora(a)s.

O ANDES-SN reafirma a sua luta histórica contra o projeto fascista e de extrema direita, o projeto ultraliberal e as ações de ódio que estão sendo difundidas pelo Brasil. Este sindicato se integra às frentes antifascistas suprapartidárias, criadas nos estados e nas instituições públicas de ensino superior, e se posiciona contra o voto nulo e em branco no segundo turno das eleições, indicando a participação ativa nos atos e mobilizações em defesa da democracia e contra o fascismo, bem como nas atividades do movimento #EleNão.

O ANDES-SN convoca todas as suas seções sindicais a fortalecerem - nas urnas e nas ruas - essas lutas, para assim derrotar o fascismo que tem se expressado na vida cotidiana.

**Contra as ações e os discursos de ódio! Contra o fascismo!**

**Pelas liberdades democráticas!**

**Por nenhum direito a menos!**

**Não ao capacitismo! Não à misoginia! Não ao racismo! Não à lgbtfbolia!**

**Contra qualquer forma de preconceito e intolerância!**